



Número: **0816670-90.2017.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **25ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 10.125,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO RODRIGUES DE CARVALHO (AUTOR)		Kennedy Lafaiete Fernandes Diógenes (ADVOGADO) BRENO HENRIQUE DA SILVA CARVALHO (ADVOGADO)	
Porto Seguro Vida e Previdência S/A (RÉU)		Antônio Martins Teixeira Júnior (ADVOGADO)	
GIOVANNA DANTAS FULCO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59167 141	27/08/2020 09:14	Sentença	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

25ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Fórum Seabra Fagundes, 7ª And., Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-250, Telefone: (84) 36169695

Processo: 0816670-90.2017.8.20.5001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO RODRIGUES DE CARVALHO

RÉU(RÉ): Porto Seguro Vida e Previdência S/A

SENTENÇA

FRANCISCO RODRIGUES DE CARVALHO, devidamente qualificado(a) nos autos, através de advogado(a) regularmente constituído(a), ingressou em juízo com a presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face de **Porto Seguro Vida e Previdência S/A**, também qualificado(a), alegando, em síntese, que no dia 29 de janeiro de 2016, foi vítima de acidente de trânsito do qual lhe resultou na lesão descrita nos prontuários médicos e demais documentos anexados à inicial. Afirma que recebera pela seara administrativa apenas o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), no entanto entende fazer jus à complementação do valor, pugnando pela condenação do(a) réu(ré) no montante de R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais).

Citado(a), o(a) demandado(a) apresentou contestação e documentos. No mérito, aduz que a parte autora recebeu administrativamente o pagamento no valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), conforme determina a tabela de gradação. Argumenta que o cálculo da indenização deve ser compatível com o grau de invalidez do autor e que o valor pago administrativamente atendeu ao disposto na legislação aplicada à espécie.

Discorre ainda sobre a impossibilidade de incidência da correção monetária e juros a partir do evento danoso, devendo, em caso de procedência, ser fixado o termo inicial a partir da instauração da relação processual. Pelas razões aduzidas, pugna pelo acolhimento da preliminar ou pela improcedência dos pleitos formulados.

Designada a perícia, a autora a ela faltou, retornando o AR devidamente subscrito (ID. 46935421).

Intimado, o causídico do autor pugnou pela suspensão por 90 dias, a fim de diligenciar novo endereço do seu constituinte, o que foi deferido, sendo consignado que, transcorrido o lapso temporal sem cumprimento, a prova pericial seria tida por preclusa e julgado o mérito.

A ré pugnou pela improcedência (id. 51469695).

Certificado o transcurso do prazo sem fornecimento do endereço atual do autor.

É o relatório. Decido.

Estando o feito suficientemente instruído e não havendo mais necessidade de produção de provas orais em audiência, julgo antecipadamente a lide, nos termos do art. 355, I do CPC.

Passemos, pois, ao exame do mérito.

Ora, consistindo a pretensão autoral no intento de obtenção da condenação da ré em indenização do seguro social do DPVAT, cuja prova da lesão, sua etiologia e grau, são imprescindíveis ao juízo de procedência e mensuração do *quantum* indenizatório, a impossibilidade desta, por fato imputável unicamente ao autor, deve levar a improcedência do pedido, conforme inteligência contida no artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil.

Com efeito, na espécie, fora designada perícia, a ela tendo faltado o(a) autor(a), muito embora ciente do ato, válido o AR subscrito por terceiro, dirigido ao endereço declinado nos autos, pois ônus do interessado mantê-lo sempre atualizado, seu causídico não declinou novo endereço, mesmo concedido o prazo de 90 dias e advertido da consequência, revelando o seu completo desinteresse pela produção de prova imprescindível a comprovação do direito que verberou possuir, devendo, assim, ter lugar o juízo de improcedência da sua pretensão.

Em sede de apanhado jurisprudencial, destaque-se neste sentido ser pacífica a jurisprudência das Câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, *verbis*:

EMENTA: CIVIL E
PROCESSUAL
CIVIL. APELAÇÃO
CÍVEL. AÇÃO DE
COBRANÇA.
SEGURO DPVAT.
IMPROCEDÊNCIA.
PERÍCIA MÉDICA
DESIGNADA. NÃO
COMPARECIMENTO
DO AUTOR.
INTIMAÇÃO
PESSOAL
DIRIGIDA AO
ENDEREÇO
DECLINADO NA
INICIAL.
RECEBIMENTO.
ADVOGADO
TAMBÉM
INTIMADO PARA
O ATO. AUSÊNCIA
DE QUALQUER
JUSTIFICATIVA
NOS AUTOS PARA
O NÃO
COMPARECIMENTO
À PERÍCIA. PROVA
PRECLUSA.
AUTOR QUE NÃO
COMPROVOU
INVALIDEZ
PERMANENTE.
ÔNUS QUE LHE
COMPETIA NOS
TERMOS DO ART.

333, INCISO I, DO
CPC/1973.
CONFIRMAÇÃO
DA SENTENÇA DE
IMPROCEDÊNCIA
QUE SE IMPÕE.
PRECEDENTES
DESTA CORTE DE
JUSTIÇA.
RECURSO
CONHECIDO E
DESPROVIDO.
(TJRN, Apelação
Cível nº
2014.023584-0, 1ª
Câmara Cível,
Relator Des.
Dilermando Mota, J.
em 15/12/2016).

PROCESSUAL
CIVIL. APELAÇÃO
CÍVEL. AÇÃO DE
COBRANÇA.
SEGURO DPVAT.
PERÍCIA MÉDICA.
NÃO
COMPARECIMENTO
INTIMAÇÃO
DIRIGIDA AO
ENDEREÇO
DECLINADO NA
INICIAL.
PRESUNÇÃO DE
VALIDADE.
DECRETAÇÃO DA
PERDA DA
PROVA.
MANUTENÇÃO DA
SENTENÇA QUE
JULGOU
IMPROCEDENTE A
AÇÃO POR
AUSÊNCIA DA
PERÍCIA.
RECURSO
CONHECIDO E
DESPROVIDO.
(TJRN, Apelação
Cível nº
2016.008370-4, 3ª
Câmara Cível,
Relator Des. Amaury
Moura Sobrinho, J.
em 20/09/2016).

APELAÇÃO CÍVEL.
AÇÃO DE
COBRANÇA DE
SEGURO DPVAT.
SENTENÇA QUE
JULGOU
IMPROCEDENTE A
AÇÃO POR
AUSÊNCIA DE
LAUDO. PARTE
AUTORA QUE
NÃO COMPARECE
À PERÍCIA
DESIGNADA PELO
JUÍZO.
INTIMAÇÃO
PESSOAL POR
CARTA
REGISTRADA
DEVIDAMENTE
REALIZADA.
AUSÊNCIA DE
QUALQUER
JUSTIFICATIVA
NOS AUTOS PARA
O NÃO
COMPARECIMENTO
À AUDIÊNCIA.
NÃO
DEMONSTRAÇÃO
DOS FATOS
CONSTITUTIVOS
DO DIREITO DO
AUTOR.
INTELIGÊNCIA DO
ARTIGO 333, I, DO
CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL
VIGENTE À
ÉPOCA.
IMPROCEDÊNCIA
DO PEDIDO
FORMULADO NA
INICIAL.
CONHECIMENTO
E
DESPROVIMENTO
DO APELO. (TJRn,
Apelação Cível nº
2015.005249-0, 2ª
Câmara Cível,
Relatora
Desembargadora
Judite Nunes, J. em
30/08/2016).

APELAÇÃO CÍVEL.
SEGURO
OBRIGATÓRIO
(DPVAT).
ACIDENTE DE
TRÂNSITO.
SINISTRO
OCORRIDO EM
2011. GRADAÇÃO
DO
RESSARCIMENTO
COM BASE NO
DANO
SUPPORTADO.
APLICAÇÃO DO
VALOR PREVISTO
NO ART. 3º, INCISO
II, § 1º DA LEI
6.194/74, COM
REDAÇÃO DADA
PELA LEI Nº
11.945/2009.
APLICAÇÃO DA
SÚMULA Nº 474
DO SUPERIOR
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA.
PAGAMENTO
REALIZADO
ADMINISTRATIVAM
ALEGAÇÃO
SOBRE A
NECESSIDADE DE
COMPLEMENTAÇÃO
DO MONTANTE
INDENIZATÓRIO.
DETERMINAÇÃO
PARA
REALIZAÇÃO DE
PERÍCIA
COMPLEMENTAR.
PARTE AUTORA
INTIMADA
PESSOALMENTE.
NÃO
COMPARECIMENTO
À PERÍCIA.
AUSÊNCIA DE
QUALQUER
JUSTIFICATIVA.
PROVA
PRECLUSA. NÃO
DEMONSTRAÇÃO
DOS FATOS
CONSTITUTIVOS
DO DIREITO
DEFENDIDO NA

INICIAL.
DESRESPEITO À
REGRA TRATADA
NO ARTIGO 333, I,
DO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL.
IMPROCEDÊNCIA
DO PEDIDO
INICIAL.
CONFIRMAÇÃO
DA SENTENÇA
QUE SE IMPÕE.
RECURSO DE
APELAÇÃO
CONHECIDO E
DESPROVIDO.
(TJRN - AC n.º
2015.017662-8, da 1ª
Câmara Cível do
TJRN. Rel. Des.
Expedito Ferreira, j.
28/01/2016).

APELAÇÃO CIVIL.
AÇÃO DE
COBRANÇA.
SEGURO DPVAT.
NECESSIDADE DE
APLICAÇÃO DA
TABELA
RELATIVA AOS
PERCENTUAIS
INDENIZATÓRIOS
PARA SEGURO.
PARTE AUTORA
QUE NÃO
COMPARECE À
PERÍCIA
DESIGNADA PELO
JUÍZO.
INTIMAÇÃO
PESSOAL POR
CARTA
REGISTRADA
DEVIDAMENTE
REALIZADA.
ADVOGADO
TAMBÉM
INTIMADO PARA
O ATO, PELO
DIÁRIO DA
JUSTIÇA
ELETRÔNICO.
SENTENÇA
PROFERIDA APÓS
40 DIAS DA DATA
AGENDADA PARA

A AVALIAÇÃO
MÉDICA.
INEXISTÊNCIA,
N E S S E
INTERREGNO, DE
QUALQUER
JUSTIFICATIVA
NOS AUTOS PARA
O N Ã O
COMPARECIMENTO
DO AUTOR À
PERÍCIA.
IMPOSSIBILIDADE
D E
JUSTIFICATIVA
SOMENTE NESTA
FASE RECURSAL.
P R O V A
PRECLUSA. NÃO
DEMONSTRAÇÃO
DOS FATOS
CONSTITUTIVOS
DO DIREITO DO
A U T O R .
INTELIGÊNCIA DO
ARTIGO 333, I, DO
CPC/1973 EM
VIGOR NA DATA
DA SENTENÇA.
IMPROCEDÊNCIA
DO PEDIDO
INICIAL. APELO
CONHECIDO E
DESPROVIDO.
(TJRN, Apelação
C í v e l n °
2015.002994-1, 3ª
Câmara Cível,
Relator Des.
AMÍLCAR MAIA,
DJe 30/06/2016)

Face o flagrante desinteresse, tenho a prova pericial preclusa, e, não sendo possível graduar as lesões experimentadas pelo(a) autor(a) com a documentação por ele produzida, deve, assim, restar julgada improcedente em sua totalidade a pretensão autoral.

Diante do exposto, com fulcro nos artigos 373, inciso I, e 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido contido na petição inicial.

Considerando que a parte demandante foi vencida na lide, condeno-a ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor atualizado da causa, consoante art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil, respeitado, no que couber, a regra da gratuidade judicial quanto ao previsto no artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil.

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.

Devolvam-se os honorários (ID. 43692101) à seguradora mediante ofício de transferência.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Natal/RN, 26 de agosto de 2020.

ROBERTO FRANCISCO GUEDES LIMA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

rsbvs